



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata da Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2017

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

PRESENTES:

- **Os Eleitos:**

- Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite;
- Luís Garcia Braga da Cruz;
- André Sérgio Navarro de Noronha;
- Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro;
- Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte;
- Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria;
- Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes;
- Maria José Rocha Espinheira;
- Alfredo César Vasconcelos Navio;
- Rui Pedro de Araújo Sá;
- Susana Salbany Constante Pereira em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo;
- Gustavo Rodrigues Pimenta;
- Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima;
- Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão;
- Tiago Serrano Correia Lacerda, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista;



- Rodrigo Vieira de Oliveira;
- Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição do Senhor Deputado Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida;
- Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro;
- Mariana Ferreira Ribeiro Macedo;
- Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne;
- Paulo Jorge Lopes Teixeira;
- Pedro Braga de Carvalho;
- Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães;
- Bárbara Lopes Veiga;
- José António de Abreu Gonçalves Serôdio;
- Rui Carlos Morais Lage;
- Luís Miguel Bonifácio Osório;
- Carla Maria Pereira Afonso Leitão;
- Cláudia Sofia da Costa Santos;
- Diogo Miguel de Sá Meireles;
- Bebiana Maria Ribeiro da Cunha;
- António David dos Santos Ribeiro;
- Alfredo dos Santos Fontinha;
- Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso;
- Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda;
- Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues;
- Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes;
- Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja;
- Joel Francisco Pontes de Oliveira;

- **Os Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia:**
 - Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho;
 - Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos;



- Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado;
- Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia;
- União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira;
- União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca;
- União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Voto de Pesar pelo falecimento de Zé Pedro, apresentado pela Senhora Deputada Bárbara Veiga (BE).

Aprovado, por unanimidade.

Foi feito um minuto de silêncio.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu início ao período de apresentação das propostas de recomendação/moções.

– Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda sobre o tema: Criação da tarifa social da água no Porto e implementação automatizada da mesma.

A Senhora Deputada Bárbara Veiga (BE) apresentou a proposta de recomendação subscrita pelo seu Partido.



Propôs ao Executivo a criação e implementação do regime de atribuição automática da tarifa social da água na cidade do Porto, beneficiando, assim, com esta medida cerca de dezasseis mil famílias em situação de carência económica.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) considerou a proposta de recomendação do BE inoportuna, por ter sido publicado o diploma do Governo apenas há cinco dias e por ter o Município a obrigação de ponderar internamente o impacto que a medida vai ter e as possibilidades que a lei lhe confere. Disse que a sua bancada vai votar contra aquela proposta de recomendação.

Aprovada, com 19 votos a favor (RM, PS, CDU e BE), 18 votos contra (RM) e 8 abstenções (RM, PA e PAN).

O Senhor Deputado César Vasconcellos Navio (RM) disse que na votação da proposta, por lapso, pressionou a tecla "C" em vez da tecla "B", como pretendia. Pediu para o seu voto ser considerado voto contra.

– Proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o tema: Espaço pedonal.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) apresentou a proposta de recomendação da CDU.

Disse que em muitos locais da cidade o espaço público está degradado, em especial o que é utilizado pelos peões, pelas pessoas com mobilidade reduzida e pelos carrinhos de bebé.

Deu conta de algumas situações que urge resolver. Afirmou que há muitas ruas sem passeios ou que, quando existem, estão num elevado estado de degradação; existem passadeiras que não estão convenientemente faixadas e cuja inclinação não é regulamentar, dificultando o seu atravessamento, principalmente às pessoas com mobilidade reduzida; há também problemas sérios ao nível da iluminação pública, ruas sem iluminação ou com iluminação deficiente, com candeeiros completamente desadequados e desatualizados; há



zonas onde as árvores foram abatidas ou caíram, e que estão completamente ao abandono; por último, referiu-se à questão das paragens dos transportes públicos, onde muitas vezes não existem bancos nem abrigos para as pessoas poderem aguardar o autocarro com mais conforto.

Recomendou ao Executivo que providenciasse, num prazo de seis meses, um levantamento das questões acima referidas para eliminar ou, pelo menos, reduzir o número daquelas situações.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) considerou a proposta de recomendação da CDU bastante voluntariosa nos seus propósitos, bastante atual nos seus motivos, mas na sua opinião, ela ultrapassa as competências da Assembleia Municipal, ao estabelecer o prazo em que a Câmara tem que fazer um diagnóstico, ao impor que esse diagnóstico tem que dar lugar a um orçamento e que esse orçamento tem que dar lugar a um plano de intervenção. Disse que, no entanto, acompanha a CDU na necessidade de ser feito um levantamento e um diagnóstico das situações de deterioração que é necessário resolver na cidade do Porto.

Aprovada, com 23 votos a favor (PS, PA, CDU e BE), 20 votos contra (RM) e 2 abstenções (RM e PAN).

O Senhor Deputado César Vasconcellos Navio (RM) disse que na votação daquela recomendação, por lapso, pressionou a tecla "C" em vez da tecla "B", como pretendia.

Pedi para o seu voto ser considerado voto contra.

Entrou na Sala o Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Ortigão.

– Recomendação apresentada pelos Grupos Municipais, Pessoas-Animais-Natureza e Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, sobre o tema:



Pelo reconhecimento do potencial humano nos circos e restrição do uso de animais nesta atividade.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) apresentou a recomendação subscrita pelos Grupos Municipais Pessoas-Animais-Natureza e Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido.

Disse que o que se propõe é que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que realize um estudo sobre a possibilidade de impedir o licenciamento de atividades circenses com animais em terrenos municipais e a não atribuição de quaisquer apoios financeiros e/ou institucionais a essas mesmas atividades.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) considerou que a proposta apresentada aborda um assunto pertinente, a questão dos direitos dos animais, em torno do qual é necessário progredir e avançar com alguma prudência. Disse que, no seu entender, é necessário adotarem uma posição responsável que acautele, por um lado, a atividade económica circense e, por outro, os direitos dos animais.

Disse que, pelo reconhecimento da importância do tema, embora não considere inteiramente coerentes todos os intuitos expostos, a sua bancada vai abster-se na votação daquela recomendação.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que, na sua opinião, aquele assunto, pela sua urgência, devia ser deliberado na Assembleia Municipal sem terem que recorrer a um estudo prévio.

Perguntou aos Grupos Municipais que subscreveram a proposta se estão disponíveis para alterar a sua formulação.

Disse que, de qualquer das formas, o BE votará favoravelmente a proposta apresentada.

A Senhora Deputada Carla Leitão (RM) deu conta que aquilo que se propõe é que o Executivo providencie a realização de um estudo que avalie os impactos



da restrição do uso de animais na atividade circense e que determine as medidas a aplicar.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) explicou que a formulação da proposta foi feita tendo em conta as dúvidas que surgiram ao nível daquilo que as câmaras municipais podem ou não permitir naquela matéria, por isso decidiram fazer uma recomendação um pouco mais prudente.

Aprovada, com 39 votos a favor (RM, PS, PA, BE e PAN), 1 voto contra (CDU) e 6 abstenções (RM, PS, PA e CDU).

– Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD sobre o tema: Efetiva descentralização de serviços do Estado.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PA) apresentou a proposta subscrita pelo seu Grupo Municipal.

Leu os três pontos da moção que serão submetidos à apreciação.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) declarou que o PS está de acordo com as recomendações sugeridas, portanto, vai votar favoravelmente aquela moção.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) disse que descentralização não é simplesmente reclamar a vinda para o Porto de entidades e organismos do Estado, sediados em Lisboa, porque, na sua opinião, não é isso que dá credibilidade à intenção de reclamar mais investimentos na cidade do Porto e no Norte do País. Disse que, sob o seu ponto de vista, descentralizar implica uma política de valorização e de reforço dos serviços públicos.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que há efetiva necessidade de uma reforma urgente no que toca à descentralização no País, considerando que essa descentralização pede uma estratégia. Na sua opinião,



não pode ser concretizada uma descentralização com medidas precipitadas e sem sustentação cuidada.

Sugeriu que a proposta fosse votada ponto por ponto e que, no caso de essa sugestão ser aceite, o sentido de voto do BE será de abstenção nos pontos 1 e 2 e a favor no ponto 3.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) lamentou que a discussão daquela proposta não tivesse sido mais profícua, atendendo a que existe um enorme consenso sobre a necessidade de haver uma descentralização no País.

Disse que vai votar favoravelmente aquela proposta.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PA) disse que está de acordo que a proposta seja votada ponto por ponto.

Ponto 1

Aprovado, por maioria, com 3 votos contra (CDU) e 4 abstenções (BE e PAN).

Ponto 2

Aprovado, por maioria, com 3 votos contra (CDU) e 3 abstenções (BE).

Ponto 3

Aprovado, por maioria, com 3 votos contra (CDU).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS E DAS UNIÕES DE FREGUESIA



O Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado considerou oportuno, no início do novo mandato, fazer alusão às competências que foram delegadas nas Juntas de Freguesia no mandato anterior.

Propôs que refletissem sobre o assunto para avaliarem quais as competências fazem sentido e para perceberem, de entre as que estão previstas na lei, quais são as que poderão ser melhor executadas pelas Juntas de Freguesia.

PERÍODO DE DECLARAÇÕES POLÍTICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) referiu-se às denúncias que têm sido noticiadas sobre a qualidade e a quantidade das refeições servidas nas cantinas escolares.

Disse que o BE continua à espera de resposta às questões que colocou, há cerca de um mês, sobre aquele assunto.

Informou que brevemente o BE proporá à Assembleia Municipal um debate sobre aquela matéria.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (CDU) considerou que o aumento do preço dos transportes públicos para 2018, anunciado pelo Governo, é uma decisão negativa, porquanto os preços, já demasiado elevados, são, em grande medida, desmobilizadores da promoção do uso dos transportes públicos.

Disse que o Governo explica este aumento com a necessidade de obter verbas para investimento nos transportes, mas, no seu entender, não cabe aos utentes pagar diretamente os investimentos e os custos de funcionamento das empresas de transportes.

Referiu-se, mais uma vez, aos benefícios concedidos pelo Governo aos utentes dos transportes públicos de Lisboa, considerando inadmissível que aquela medida não se estenda ao resto do País.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) congratulou-se com a candidatura do Porto à EMA, não obstante o resultado obtido, considerando que aquela pretensão muito orgulhou e representou dignamente a cidade do Porto.



Relativamente à Moção do INFARMED, aprovada no Executivo, disse que a sua bancada subscreve todos os seus princípios conclusivos e espera que a realocização daquele organismo seja irreversível e que constitua o ponto de partida para a descentralização desejada.

Felicitou a Metro do Porto pelos 15 anos de operação na Área Metropolitana do Porto, reconhecendo-o como um instrumento fundamental para a resolução do problema da mobilidade, um dos principais da cidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Fixação da Taxa de IMI para 2017.

– Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda sobre o tema: Taxas do IMI a cobrar em 2018.

A Senhora Deputada Bárbara Veiga (BE) disse que, na sua opinião, o aproveitamento de todas as possibilidades fiscais, previstas no Código do IMI, para uma política de habitação mais justa, devia ser uma opção política do Executivo Municipal.

Considerou que deviam ser definidas áreas territoriais ou zonas delimitadas por freguesias e reduzida até 20% a taxa a aplicar, tendo em vista tornar mais atrativo o arrendamento em áreas específicas da cidade.

Propôs que, em alternativa à proposta apresentada pelo Executivo, a taxa de IMI seja fixada em 0,3% e que se aplique uma redução em 10% aos prédios urbanos arrendados situados nas freguesias do Centro Histórico.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) referiu que, desde o primeiro ano do atual Executivo – 2014, o Município tem apresentado excedentes orçamentais. Considerou incompreensível que aquele dinheiro não seja aplicado naquilo que é necessário fazer na cidade do Porto.

Disse que, no seu entender, a Câmara tem todas as condições para baixar o IMI para 0,3%, portanto, a sua bancada votará favoravelmente a proposta do BE.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, concordou com a Senhora Deputada do BE quando disse que houve uma evolução relativamente ao IMI no Porto, comparável ao que houve na generalidade do País, tendo em conta que o anterior Executivo baixou a taxa de IMI de 0,5% para 0,324%. Disse que a receita não cresceu da mesma forma que noutros municípios, precisamente por terem feito esse desagravamento.

Disse que o Município pode utilizar seletivamente o IMI, seja relativamente à habitação com rendas controladas, seja em determinadas áreas da cidade, onde se quer promover o crescimento, ou em determinadas atividades económicas. Disse que, na sua opinião, um abaixamento irrefletido da taxa do IMI para o valor mais baixo permitido por lei dará, provavelmente, benefícios fiscais àqueles que não necessitam.

A Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) referiu que o IMI é um imposto que tem grandes implicações nas políticas de habitação, principalmente no que se refere a investimento, mas que tem efeitos económicos nefastos para a maioria das famílias. Disse que, no seu entender, o Município do Porto podia minimizar esses efeitos no orçamento de algumas famílias portuenses descendo a taxa do IMI para o mínimo permitido.

Considerou que, tendo em conta que a Câmara Municipal do Porto se pode orgulhar de ter uma boa saúde orçamental e financeira, a redução da taxa do IMI 0,3% constituiria uma mensagem explícita de contribuição para a saúde financeira de várias famílias, não havendo risco para o equilíbrio das finanças municipais ou perda de capacidade de realização por parte do Município.

Disse que o PS vai votar contra a proposta do Executivo.

Relativamente à proposta apresentada pelo BE, propôs que ela fosse votada ponto por ponto.

Disse que a sua bancada está de acordo com a redução da taxa do IMI para 0,3%, mas não no que se refere à variação de um dos fatores majorativos/minorativos, o da localização, sem que exista justificação para a distinção entre zonas da cidade.



Quanto ao estabelecimento adequado de um conjunto de medidas, disse que fica a aguardar a proposta do Executivo.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) lembrou que o PSD sempre defendeu, em face do crescimento sustentado da receita do IMI, a baixa continuada desse imposto.

Disse que é a favor da descida do IRS por lhe parecer uma medida muito mais equitativa, mais justa e mais social-democrata. Considerou que quem beneficia da redução do IMI são os grandes proprietários, enquanto o IRS é pago por todos os cidadãos que trabalham e fazem os seus descontos.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) considerou que o valor de 0,324% para a taxa do IMI é um valor equilibrado.

Disse que, na sua opinião, há outros aspetos que lhe parecem favoráveis e que não estão a ser considerados, nomeadamente a majoração do IMI sobre edifícios devolutos e os incentivos fiscais para quem realizar obras de reabilitação urbana. Relativamente à proposta do BE, perguntou porque fazem referência apenas às freguesias do Centro Histórico e não mencionam outras freguesias da cidade, algumas delas com idênticos problemas habitacionais.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) fez notar que a Câmara do Porto está porventura entre aquelas que mais baixou a taxa do IMI.

Disse que, ao contrário do que referiu a Senhora Vereadora do PS, quem beneficia da baixa do IMI não são as famílias com grandes necessidades económicas ou pequenos orçamentos, porque essas apenas vão notar uma diferença nominal de apenas alguns cêntimos no imposto a pagar, os grandes proprietários é que vão notar a diferença entre 0,324% e 0,3%.

A Senhora Deputada Bárbara Veiga (BE) disse que a sua bancada está de acordo que a proposta seja votada ponto por ponto.

Em resposta à Senhora Deputada Bebiana Cunha, disse que foram mencionadas as freguesias do Centro Histórico precisamente por ser uma zona



de forte impacto turístico e haver alguma dificuldade de arrendamento naquela parte da cidade, ou seja, trata-se de uma zona bastante penalizada em termos de arrendamento.

A Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) disse que o que se propõe não é uma medida heroica, mas é um pequeno contributo que pode ser benéfico para aqueles que mais precisam.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira lembrou que no ano anterior foi criada uma sobretaxa sobre o IMI para imóveis de valor elevado exatamente para obviar às situações referidas, ou seja, para que, quando houver abaixamento de IMI, esse abaixamento não venha a beneficiar os que não precisam, mas, infelizmente, aquela sobretaxa não reverte a favor das autarquias. Disse que quando isso acontecer a CMP abaterá esse valor ao IMI.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a proposta do BE sobre o tema – Taxas do IMI a cobrar em 2018 – que, por proposta do PS e com a anuência dos restantes grupos municipais, será votada ponto por ponto.

Ponto 1

Rejeitado, com 18 votos a favor (PS, CDU e BE), 27 votos contra (RM, PA e PAN) e 1 abstenção (PA).

Ponto 2

Rejeitado, com 6 votos a favor (PS e BE), 37 votos contra (RM, PA, PS e CDU) e 3 abstenções (PS e PAN).

Votação da proposta de fixação da Taxa de IMI para 2017, apresentada pelo Executivo.



Aprovada, por maioria, com 23 votos a favor (RM, PS e PAN), 15 votos contra (PS, CDU e BE) e 8 abstenções (PA e PS).

2. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2018.

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) disse que tem dúvidas que as operadoras de telecomunicações faturem 50 milhões de euros por ano.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira esclareceu que não existem estudos credíveis sobre aquela matéria.

Deu conta que as operadoras de telecomunicações cobram a TMDP aos consumidores, mas depois não enviam os valores cobrados para as autarquias, pelo que as câmaras não têm conhecimento dos montantes recebidos pelas operadoras.

Disse que quem tem competência para verificar aquele tipo de operações são os reguladores e que, como todos sabem, em Portugal a regulação é muito deficiente.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) concordou com aquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara.

Disse que, na sua opinião, aquela matéria exige uma intervenção que ultrapassa as competências da Assembleia Municipal.

Informou que o BE vai votar favoravelmente aquela proposta.

Saiu da Sala o Senhor Deputado Gustavo Pimenta.

Aprovada, por maioria, com 44 votos a favor (RM, PA, PS, CDU, BE e PAN) e 1 abstenção (PS).

Entrou na Sala o Senhor Deputado Gustavo Pimenta.



3. Fixação da participação do Município do Porto no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos 2018.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) informou que a sua bancada vai votar favoravelmente a proposta de participação no IRS dos sujeitos passivos.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PA) declarou que o seu grupo municipal vai votar contra a proposta de Fixação da participação do Município do Porto no IRS.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) referiu que o Município do Porto recebe 5% do IRS que cada contribuinte, residente no Porto, paga e, na sua opinião, a Autarquia não deve abdicar desse direito, deve é ponderar muito bem onde vai aplicar esse dinheiro.

Lamentou o facto de na Câmara do Porto haver dinheiro que não é aplicado.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) mostrou-se satisfeita pelo facto de o Município do Porto manter a participação de 5% no IRS, sugerindo que, paralelamente, tente aliviar a carga fiscal noutros impostos.

Disse que vai votar aquela proposta favoravelmente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos.

Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (RM, PS, CDU, BE e PAN), 6 votos contra (PA) e 1 abstenção (PS).

4. Lançamento da derrama para o ano 2017.

– Proposta sobre o tema: Isenção de derrama, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.



O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) leu a proposta sobre a isenção de derrama, subscrita pelo seu grupo municipal.

Sugeriu que aquela proposta não fosse votada em alternativa, mas sim em complemento à proposta do Executivo.

Informou que vai votar favoravelmente a proposta do Executivo.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) considerou que as propostas do Executivo e do BE não podem ser votadas em complemento uma da outra porque são antagónicas, ou seja, o BE propõe que as empresas que se instalem no Porto e que empreguem mais de 5 trabalhadores fiquem isentas de derrama, e não é isso que o Executivo propõe. Disse que, na sua opinião, a proposta do BE não devia ser colocada à votação.

Deu conta que a CDU vai votar favoravelmente a proposta do Executivo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que, à partida, reduzir a carga fiscal sobre as pequenas e médias empresas parece fazer sentido, mas infelizmente o número de PME que consegue ter lucro no período inicial de investimento é extraordinariamente baixo, pelo que se corre o risco de estar a incentivar empresas que não são exatamente aquelas que se pretende beneficiar.

Disse que, embora todas as empresas sejam bem-vindas, a Câmara do Porto está interessada em atrair empresas que criem investimento na cidade e que, consequentemente, criem mais postos de trabalho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu conta que a Mesa considera que a proposta do BE é realmente alternativa, portanto não pode ser votada complementarmente.

Disse que o BE pode alterar o texto da proposta e apresentá-la como uma recomendação, sendo então a nova proposta votada em alternativa à do Executivo.



A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) aceitou que a proposta fosse então considerada uma recomendação, passando a constar da mesma que o BE recomenda ao Executivo que seja implementada a isenção da derrama a empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que a proposta que vão votar refere-se à derrama para 2017 que, a partir do momento que for aprovada pela Assembleia Municipal, passará a vigorar, e que a Câmara, independentemente de qualquer recomendação, não a pode alterar, no entanto, nada impede que seja apresentada uma recomendação para que quando forem elaboradas as propostas dos anos seguintes seja considerada a pretensão do BE.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite mostrou-se de acordo com o Senhor Deputado Rui Sá.

Disse que, sendo uma proposta de recomendação para que o Executivo considere a isenção da derrama em orçamentos futuros, ela poderá ser votada. Disse que o BE tem sempre a alternativa de retirar a proposta.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que a proposta ia ser retirada.

A proposta do BE foi retirada.

Votação da proposta apresentada pelo Executivo

Aprovada, por unanimidade.

5. Aprovação dos documentos previsionais de gestão para o ano de 2018.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira leu a síntese para apresentação do Orçamento para 2018.



O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) considerou que o documento que foi apresentado é um orçamento de continuidade e não um orçamento para o futuro.

Demonstrou com exemplos concretos as lacunas em que baseou a sua avaliação, nomeadamente a falta de menção ao acesso à habitação das classes médias e dos cidadãos mais jovens e a não referência às políticas de mobilidade. No que diz respeito à taxa turística, medida com a qual concorda inteiramente, disse que no documento refere que ela servirá para diminuir a pegada turística, mas nada é dito sobre as consequências do aumento da atividade turística, como, por exemplo, a especulação imobiliária.

Lembrou que o PS, durante a campanha autárquica, propôs que se criasse uma agência metropolitana junto de Bruxelas, isto é, uma representação externa da região metropolitana do Porto junto de Bruxelas, que seria, no seu entender, relevantíssima para a captação de fundos europeus e para a preparação de candidaturas a projetos europeus.

No que diz respeito à promoção de investimento, considerou que ela está muito centrada nas *startups*, que naturalmente são relevantes, mas que são, por natureza, pouco sustentáveis.

Quis saber em que ponto se encontra o projeto para o Matadouro Municipal do Porto.

Perguntou se está prevista alguma verba para custear as obras necessárias na casa de Serralves para receber permanentemente a coleção Miró e, se sim, qual será o seu montante. Quis saber, ainda, qual é a verba necessária para a recuperação do antigo cinema Batalha, se ela já está inscrita no orçamento e se já existe um plano de funcionamento para aquele imóvel.

Disse que o PS vai abster-se na votação daquele ponto da Ordem de Trabalhos, por considerar que aquele é um orçamento mais centrado no passado do que no futuro.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que os documentos distribuídos não pretendem ser uma repetição do programa eleitoral do Executivo, pretendem ser apenas um texto de suporte. Há coisas que não são referidas porque não fazem parte do orçamento.

Sobre a taxa turística, disse que é entendimento da Câmara que ela não deve ser usada para atrair mais turistas, mas que deve ser usada para cobrir os custos do desgaste provocado pelos turistas.

Deu conta que o valor de 6 milhões de euros, considerado para a taxa turística, é um valor absolutamente prudente para as receitas do primeiro ano, o qual será utilizado para um conjunto de investimentos na cidade, nomeadamente na pegada turística.

Quanto ao relacionamento da Câmara do Porto com os outros municípios da Área Metropolitana do Porto, considerou que sempre manteve um bom entendimento com todos os seus parceiros, independentemente das forças políticas que representam, ou seja, sempre conseguiu ter uma boa relação metropolitana e vai continuar a ter.

Disse que a proposta do PS, de criação de uma agência da Área Metropolitana do Porto junto de Bruxelas, é uma ideia excelente, mas que se relaciona com uma estratégia metropolitana, pelo que tem que fazer parte do orçamento metropolitano e não do orçamento da Câmara Municipal do Porto.

Relativamente às *startups*, considerou que elas são muito importantes para a economia da cidade e que o objetivo é fazer delas *scaleups*, ou seja, conseguir que elas atinjam uma dimensão maior.

Sobre o Matadouro Municipal esclareceu que a primeira fase do concurso foi concluída e que foram pré-selecionados quatro candidatos. Disse ainda que já está a decorrer a segunda fase, pelo que tudo está a decorrer dentro daquilo que era espectável.

Em relação à recuperação do Cinema Batalha, informou que o valor estimado será dois milhões e quinhentos mil euros. Disse que o projeto já foi aprovado pela Direção Geral do Património Cultural, portanto, julga que em abril de 2018 o projeto estará pronto e poderá ser lançado o concurso público.



No que se refere à coleção Miró, esclareceu que a coleção ainda não se encontra na posse do Tesouro do Estado Português e que, logo que isso aconteça, será feito um contrato de depósito entre o Estado e a CMP. Considerou prematuro falarem sobre aquele assunto e, principalmente, inscreverem verbas no orçamento sem saber quando é que o acordo se vai concretizar.

O Senhor Deputado Luís Osório (PA), relativamente ao assunto em debate, disse que os Deputados da Assembleia Municipal têm que avaliar politicamente a estratégia do Executivo e têm que fiscalizar e avaliar o orçamento apresentado e não apresentar um orçamento alternativo.

Disse que no documento apresentado se destacam quatro pilares fundamentais: a ação e coesão social, a cultura, a economia e a sustentabilidade, que, por sua vez, se baseia na economia, na ação social e no ambiente. Considerou que, no que diz respeito ao ambiente, está elencado um conjunto de medidas que lhe parecem muito relevantes.

Referiu-se, ainda, a outros três pontos fundamentais – a mobilidade, a educação e a segurança e lamentou que não tivesse sido dada a mesma relevância à inovação e à juventude.

Mostrou-se surpreendido com o facto de a questão da saúde não ter sido referida no orçamento municipal.

Considerou que, uma vez que a Câmara tem um saldo corrente positivo, com base nessa margem devia pensar todo o investimento, ou grande parte dele, assim como todas as reduções fiscais que daí pudessem advir.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que, de facto, quando se analisa a política municipal existe sempre alguma dificuldade em avaliar a sua dimensão.

Admitiu que o Município não tem capacidade sobre a totalidade do mercado, mas acredita que a tem sobre um conjunto de vetores que depois têm efeito multiplicador. Disse que a reabilitação urbana é talvez o exemplo acabado daquilo que acabou de dizer, ou seja, que a esse nível se sentiu o impacto de um conjunto de medidas que levaram a um crescimento económico.



Quanto à questão da saúde, explicou que não foi referida no orçamento municipal porque as verbas destinadas à saúde constam do orçamento da DomusSocial.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) considerou que o orçamento municipal que está em apreciação é insuficiente para o Porto e mais ainda para os seus cidadãos, visto que nem sequer para as prioridades anunciadas – coesão social, cultura, economia, qualidade de vida, acesso à habitação – estão asseguradas verbas suficientes.

Colocou várias questões sobre, nomeadamente, o regresso dos parques de estacionamento para a gestão pública; as vantagens ou prejuízos que terá para a cidade e para a Câmara a venda de ações do Fundo de Participação Porto d'Ouro e do Mercado Abastecedor; as causas da redução da participação da Câmara nas Águas do Porto; e, ainda, sobre o Aleixo, a Biblioteca Municipal, o Teatro Sá da Bandeira, o metro, a limpeza da cidade, a Casa Manoel de Oliveira e a Galeria de São Roque da Lameira.

Chamou a atenção para alguns aspetos que, na sua opinião, mereciam mais destaque no orçamento apresentado.

Disse que o orçamento, para merecer o voto favorável do BE, teria que conter um programa de habitação pública municipal; uma política para a regulação do turismo; uma política de mobilidade para a cidade, capaz de modificar a cultura; um maior investimento em ação social; teria que considerar a criação de salas de consumo assistido; teria que eliminar a precariedade laboral na Câmara e tomar as medidas necessárias em prol dos espaços verdes, previstos no PDM desde 2006, nomeadamente, os parques da Lapa e da Ervilha, entre outros.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que a maioria das respostas às questões colocadas pela Senhora Deputada Susana Constante Pereira estão plasmadas no documento apresentado.

Sobre a precariedade laboral, explicou que uma das questões fundamentais que a Câmara tem tentado resolver é a questão dos beneficiários dos CEI e CEI+,



mas a verdade é que não existe ainda enquadramento legal para as câmaras municipais poderem resolver esse assunto.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que espera que em próximos orçamentos o Senhor Presidente da Câmara cumpra o estatuto do direito à oposição, enviando antecipadamente os documentos a todas as forças políticas para estas os analisarem e contribuírem com as suas opiniões, podendo, depois, o Senhor Presidente tomá-las em conta, ou não.

Disse que, como o Estado limitou a venda de património municipal, o Senhor Presidente serviu-se de outros mecanismos, vendendo as ações do Mercado Abastecedor do Porto, tendo em vista inflacionar a receita para poder inscrever mais despesa.

Chamou a atenção para a forma como a questão da Águas do Porto está escrita no orçamento. Disse saber que o Senhor Presidente já esclareceu, em reunião de Câmara, tratar-se apenas de uma mera operação financeira e não de uma alienação de 5 milhões de euros.

Disse que a questão da limpeza pública, que está inscrita no orçamento, apresenta uma série de contradições que importa clarificar.

Considerou que o orçamento contém uma série de falhas sobre um conjunto de aspetos que, no seu entender, são fundamentais, nomeadamente as questões do Aleixo, das “ilhas”, da Biblioteca Municipal do Porto, do apoio ao associativismo e dos parcómetros.

Mostrou-se satisfeito pelo facto de a preocupação em termos de reabilitação do edificado estar consagrada no documento apresentado. No entanto, embora as verbas inscritas sejam importantes, o valor consignado limita-se praticamente a concretizar atrasos de obras que vêm do mandato anterior.

Disse que, na sua opinião, aquele orçamento não está à altura daquilo que são as expectativas da cidade e da sua população e que, por esse motivo, a CDU vai votar contra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, quanto à questão do estatuto da oposição, informou que para o orçamento de 2019 será distribuído



um documento que conterà as grandes linhas do orçamento, sendo depois realizada uma reunião prévia onde serão ouvidas as sugestões dos líderes das diferentes bancadas, sugestões essas que poderão depois ser consideradas ou não. Disse que dessa reunião será elaborada uma ata que ficará apenas ao documento definitivo que posteriormente será submetido à Câmara e à Assembleia Municipal para aprovação.

Relativamente ao Mercado Abastecedor, disse que foi feito um estudo de avaliação e que, na sua opinião, o preço encontrado para a venda das ações é muito razoável.

Considerou que não faz sentido investirem no Aleixo, enquanto a situação não estiver definitivamente resolvida.

Quanto às “ilhas”, informou que as obras nas “ilhas” municipais já estão a avançar. Disse que gostaria de poder intervir mais nas “ilhas” privadas, mas é necessário que sejam criados os instrumentos legais que lhe permitam fazê-lo.

Disse que não está de acordo com a CDU sobre a questão dos parcómetros, por isso abstém-se de comentar.

Relativamente à Biblioteca Municipal explicou que têm sido feitas diversas reuniões de trabalho com Arquiteto Eduardo Souto Moura, que é o responsável pelo projeto, mas surgiram problemas complicados, ao nível da contratação pública, que não permitem que seja feita a adjudicação da obra.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) congratulou o Executivo por ter inscrito a sustentabilidade no orçamento, como um dos pilares fundamentais, que inclui, naturalmente, a sustentabilidade ambiental.

Deu conta de várias questões que gostaria que tivessem mais destaque no orçamento apresentado, nomeadamente no que diz respeito à taxa turística, que, no seu entender devia ser utilizada também para colmatar a pegada ecológica do turismo; à mobilidade, considerando que falta um investimento mais alargado à mobilidade suave, ou seja, mobilidade de pessoas e bicicletas; e à educação, defendendo o investimento em programas de educação não formal e diversificação de currículos.



Mostrou-se satisfeita pelo facto de o processo de construção do centro de recolha oficial de animais estar a avançar, esperando que outras medidas, que estão já delineadas, possam avançar também.

Informou que vai votar favoravelmente a proposta do Executivo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira em relação à mobilidade suave, disse que há um conjunto de normas que têm que ser implementadas, nomeadamente o controlo de acesso a algumas das ruas da cidade do Porto, mas, para isso, é necessário encontrar fórmulas no sentido de reduzir a circulação de veículos de carga dentro da cidade, principalmente durante o dia, porque essa circunstância causa uma enorme inibição à circulação dos peões.

Sobre a questão dos direitos dos animais, disse que espera em breve ter boas notícias sobre as medidas que vão ser tomadas para resolver alguns problemas que também o preocupam.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) chamou a atenção para alguns pontos do orçamento que considera que devem ser sublinhados e retidos, nomeadamente o investimento na habitação social e a dívida bancária com valores historicamente baixos.

Referiu-se ao reforço de verbas proposto para algumas rubricas, como, por exemplo, coesão e ação social, 24,1 milhões de euros; economia e desenvolvimento social, 11,7 milhões de euros; urbanismo e habitação 27 milhões de euros; mobilidade 22,5 milhões de euros; ambiente e qualidade de vida, 21,1 milhões de euros; e segurança, 7,8 milhões de euros.

Disse que, na sua opinião, aquele é um orçamento equilibrado, é um orçamento de quem tem contas em dia e paga atempadamente, e é portanto um orçamento de continuidade.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que, mais uma vez, o Senhor Presidente da Câmara não respondeu a algumas das questões que colocou.



Sobre o aumento do investimento, disse que é evidente que o facto de ter havido uma redução no passado faz com que haja agora um aumento, que tem impacto em relação ao passado, mas não em relação ao futuro.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) deu nota, a propósito da alusão feita ao dia 7 de maio de 2017, que o PS é leal aos seus compromissos e que quando os assume cumpre, mesmo quando não está de acordo.

Recordou que o Senhor Presidente da Câmara, no seu discurso de tomada de posse, disse que não deixaria de ouvir e de considerar as opiniões da oposição, podendo depois acolhe-las ou não, mas não é isso que tem acontecido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que sempre ouviu as intervenções dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal e sempre procurou responder àquilo que entendia ser relevante, mas que não o podem obrigar a explicar aquilo que está explano nos documentos que apresenta. Em resposta à Senhora Deputada Susana Constante Pereira, disse que, quando a Senhora Deputada quiser ser esclarecida sobre qualquer assunto, deverá fazer perguntas concretas.

Saiu da sala o Senhor Deputado Rui Lage (PS).

Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (RM e PAN), 6 votos contra (CDU e BE) e 17 abstenções (PA e PS).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que, devido ao adiantado da hora, os restantes pontos da Ordem de Trabalhos passariam para a sessão seguinte.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

1. Paul Fernandes Summers

Oficina clandestina



O Senhor Paul Summers apresentou uma reclamação sobre a laboração de uma oficina clandestina na Rua José Monteiro Salazar, 91/95.

Informou que já anteriormente tinha feito um pedido de intervenção junto do Departamento Municipal de Fiscalização da Câmara Municipal do Porto e que recebeu, mais tarde, uma resposta da Polícia Municipal dizendo que “foram efetuadas diligências e não se verificou qualquer movimento que evidenciasse o funcionamento da alegada oficina nem reparações na via pública”.

Pediu para os serviços municipais fiscalizarem convenientemente aquela situação.

Minuta da Ata aprovada no termo da sessão.

Aprovada, por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal,

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária,

Paula Ribeiro de Faria